EMPES
EMPRESA MUNICIPAL PRAIA-GRANDENSE DE ENSINO E SAÚDE

Complexo Hospitalar
IRMÃ DULCE

PREFEITURA
PRAIA GRANDE
Inovação a serviço das pessoas

CONTRATO EMERGENCIAL

CONTRATO EMPES Nº E0009 / 2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNDAMENTADA NO ART. 29, INCISO XV, DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA JURÍDICA, ASSESSORIA JURÍDICA E REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E ADMINISTRATIVA NAS ÁREAS DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CIVIL, DIREITO PENAL E DIREITO DA SAÚDE, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **EMPRESA MUNICIPAL PRAIA-GRANDENSE DE ENSINO E SAÚDE – EMPES** E A **FRANCO ANTUNES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.**

A **EMPRESA MUNICIPAL PRAIA-GRANDENSE DE ENSINO E SAÚDE – EMPES**, empresa pública municipal integrante da Administração Indireta do Município da Estância Balneária de Praia Grande, criada pela Lei Complementar Municipal nº 1.041/2025, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 1.063/2026, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **65.201.779/0001-59**, com sede no Município de Praia Grande, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **CLÉBER SUCKOW NOGUEIRA**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, **FRANCO ANTUNES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, sociedade de advocacia regularmente constituída, inscrita no CNPJ sob nº 34.674.678/0001-71, registrada perante a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, sob nº 29579 /FLS 238/240/ LIVRO 383, com sede à Avenida Brasil, 600, Sala 711, Boqueirão, Praia Grande - SP, neste ato representada por Sócio-Administrador **FRANCO PAES PINTO ANTUNES** , inscrito na OAB sob nº [redacted] no C.P.F. [redacted], doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais Especializados**, decorrente do Processo Administrativo nº 037/2026, mediante contratação direta por dispensa de licitação, fundamentada no art. 29, inciso XV, da Lei Federal nº 13.303/2016, observadas as disposições da legislação aplicável, do Estatuto Social da EMPES, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC, do Termo de Referência, da proposta apresentada pela CONTRATADA e das cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços técnicos profissionais especializados de **consultoria jurídica, assessoria jurídica e representação judicial e administrativa**, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Empresa Municipal Praia-grandense de Ensino e Saúde – EMPES, compreendendo atuação especializada nas áreas de Direito do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Civil, Direito Penal e Direito da Saúde, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, de seus anexos e dos demais documentos que integram o Processo Administrativo nº 037/2026.

Parágrafo Primeiro. Os serviços compreendem, dentre outras atividades compatíveis com o objeto contratado:

I – elaboração de pareceres jurídicos, manifestações técnicas, notas jurídicas, consultas especializadas e estudos destinados a subsidiar a tomada de decisão da Administração;

II – elaboração, revisão e análise de petições, recursos, contestações, defesas, memoriais, manifestações processuais e demais peças jurídicas necessárias à defesa dos interesses institucionais da EMPES;

III – atuação em processos judiciais, administrativos e procedimentos extrajudiciais, mediante os competentes instrumentos de representação processual;

IV – acompanhamento processual, realização de audiências, sustentações orais, reuniões técnicas, negociações, mediações e demais atos inerentes ao exercício da advocacia;

V – assessoramento jurídico preventivo, mediante identificação, análise e proposição de medidas destinadas à mitigação de riscos jurídicos, trabalhistas, previdenciários, civis, penais e relacionados à assistência à saúde;

VI – apoio jurídico às Diretorias, Superintendências, Gerências e demais unidades administrativas da CONTRATANTE nas matérias abrangidas pelo objeto contratual;

VII – elaboração de estudos jurídicos, relatórios técnicos, orientações normativas e demais documentos necessários ao adequado desenvolvimento das atividades institucionais da EMPES;

VIII – acompanhamento permanente da evolução legislativa, normativa e jurisprudencial relacionada às matérias objeto desta contratação, comunicando tempestivamente à CONTRATANTE quaisquer alterações capazes de impactar sua atuação institucional;

IX – execução de todas as demais atividades jurídicas correlatas, acessórias ou complementares que se revelem necessárias ao adequado cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo Segundo. A relação de atividades constante desta cláusula possui natureza exemplificativa, compreendendo igualmente todos os serviços jurídicos compatíveis com o objeto contratado que se mostrarem necessários à adequada defesa dos interesses institucionais da CONTRATANTE durante a vigência contratual.

Parágrafo Terceiro. Os serviços serão executados com absoluta autonomia técnica, independência profissional e observância da Constituição Federal, da Lei Federal nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil), da Lei Federal nº 13.303/2016, da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), do Estatuto Social da EMPES, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC, do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil e das demais normas aplicáveis.

Parágrafo Quarto. A presente contratação possui natureza predominantemente intelectual, caracterizando obrigação de meio, comprometendo-se a CONTRATADA a empregar toda a diligência, técnica, prudência, zelo, experiência e conhecimento profissional necessários à adequada defesa dos interesses institucionais da CONTRATANTE, inexistindo garantia de êxito em processos judiciais, administrativos ou extrajudiciais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME JURÍDICO E DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DA CONTRATAÇÃO

O presente Contrato rege-se pelas disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994, da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), do Estatuto Social da EMPES, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC, pelas cláusulas deste instrumento e, subsidiariamente, pelas normas de Direito Privado compatíveis com a natureza jurídica da contratação.

Parágrafo Primeiro. A presente contratação decorre de procedimento de dispensa de licitação regularmente instruído, fundamentado no art. 29, inciso XV, da Lei Federal nº 13.303/2016, tendo por finalidade assegurar a continuidade da prestação de serviços jurídicos especializados indispensáveis ao regular funcionamento institucional da EMPES.

Parágrafo Segundo. Integram este Contrato, independentemente de transcrição, formando um conjunto único, harmônico e indissociável de obrigações:

I – o Processo Administrativo nº 037/2026;

II – o Estudo Técnico Preliminar – ETP;

III – o Termo de Referência e seus anexos;

IV – a justificativa da contratação direta;

V – a proposta comercial apresentada pela CONTRATADA;

VI – os documentos de habilitação;

VII – a Ordem de Serviço, quando emitida;

VIII – todos os demais documentos que instruem o procedimento administrativo.

Parágrafo Terceiro. Em caso de divergência entre os documentos que integram a contratação, prevalecerá a seguinte ordem hierárquica:

I – este Contrato;

II – o Termo de Referência;

III – o Estudo Técnico Preliminar;

IV – a justificativa da contratação direta;

V – a proposta comercial da CONTRATADA;

VI – os demais documentos constantes do Processo Administrativo.

Parágrafo Quarto. A eventual nulidade, invalidade ou inexequibilidade de qualquer disposição deste Contrato não prejudicará a validade das demais cláusulas, que permanecerão plenamente eficazes e obrigatórias, devendo as partes adotar as providências necessárias para adequação da disposição eventualmente afetada às normas legais aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA executará os serviços objeto deste Contrato de forma contínua, especializada, preventiva, consultiva, administrativa e contenciosa, observando rigorosamente a legislação vigente, as normas que regem o exercício da advocacia, as disposições deste instrumento contratual, do Termo de Referência e as diretrizes institucionais estabelecidas pela CONTRATANTE,

sempre visando à adequada defesa dos interesses jurídicos da Empresa Municipal Praia-grandense de Ensino e Saúde – EMPES.

Parágrafo Primeiro. A execução dos serviços deverá observar elevados padrões de qualidade técnica, eficiência, tempestividade, diligência, urbanidade, confidencialidade e responsabilidade profissional, compatíveis com a natureza estratégica das atividades desenvolvidas pela CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo. Os serviços poderão ser prestados de forma presencial, remota ou híbrida, conforme a natureza, a complexidade e a urgência da demanda, bem como de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, sem que tal circunstância implique alteração da remuneração contratada.

Parágrafo Terceiro. Sempre que a natureza da demanda exigir, a CONTRATADA deverá disponibilizar profissional habilitado para atendimento presencial nas dependências da CONTRATANTE, em órgãos da Administração Pública, no Poder Judiciário, no Ministério Público, em Tribunais, Delegacias, Cartórios, Câmaras de Mediação ou em qualquer outro local onde sua atuação profissional se mostre necessária ao adequado cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo Quarto. A CONTRATADA deverá manter canais permanentes de comunicação com a CONTRATANTE, assegurando atendimento durante o horário normal de expediente administrativo da EMPES, sem prejuízo da atuação em situações urgentes que demandem providências imediatas para resguardar direitos, evitar prejuízos ou cumprir determinações judiciais ou administrativas.

Parágrafo Quinto. As demandas encaminhadas pela CONTRATANTE deverão ser atendidas em prazo compatível com sua natureza, observando-se, sempre que possível, a seguinte classificação:

I – demandas urgentes, decorrentes de decisões judiciais, intimações, liminares, medidas cautelares, audiências, prazos processuais ou situações capazes de causar prejuízo imediato à EMPES, deverão receber atendimento prioritário;

II – demandas de alta complexidade deverão ser tratadas com prioridade, mediante definição conjunta do cronograma de execução;

III – demandas ordinárias deverão ser atendidas em prazo razoável, observado o grau de complexidade da matéria e o volume de informações necessárias à elaboração da manifestação jurídica.

Parágrafo Sexto. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato superveniente que possa representar risco

jurídico, financeiro, patrimonial, regulatório, assistencial, trabalhista ou institucional, apresentando, sempre que possível, análise técnica dos impactos e das medidas preventivas ou corretivas recomendadas.

Parágrafo Sétimo. Os pareceres jurídicos, manifestações técnicas, estudos, relatórios, peças processuais e demais documentos produzidos pela CONTRATADA deverão apresentar fundamentação jurídica consistente, observância da legislação vigente, da jurisprudência dominante, dos precedentes aplicáveis, dos entendimentos dos órgãos de controle, quando pertinentes, e das boas práticas de técnica jurídica, sendo elaborados com clareza, objetividade e precisão.

Parágrafo Oitavo. Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá participar de reuniões técnicas, administrativas ou estratégicas, presenciais ou virtuais, destinadas ao assessoramento da Diretoria, Superintendências, Gerências ou demais unidades administrativas, bem como acompanhar tratativas com órgãos públicos, entidades privadas, autoridades, fornecedores ou demais interessados relacionados ao objeto deste Contrato.

Parágrafo Nono. A CONTRATADA exercerá suas atividades com absoluta autonomia técnica e independência profissional, competindo-lhe definir os fundamentos jurídicos, estratégias processuais, teses defensivas e medidas legalmente cabíveis, sem prejuízo da observância das diretrizes institucionais, dos objetivos administrativos e das orientações estratégicas legitimamente estabelecidas pela CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo. Os serviços objeto deste Contrato possuem natureza predominantemente intelectual e continuada, caracterizando obrigação de meio, razão pela qual a atuação da CONTRATADA será aferida pela qualidade técnica, diligência, tempestividade, eficiência, zelo profissional e observância das obrigações assumidas, não podendo sua responsabilidade ser vinculada exclusivamente ao resultado de processos judiciais, administrativos ou extrajudiciais.

Parágrafo Décimo Primeiro. A CONTRATADA deverá manter organização administrativa, estrutura operacional e recursos humanos compatíveis com o volume e a complexidade das demandas encaminhadas pela CONTRATANTE, responsabilizando-se pela continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual, inclusive nos casos de afastamentos, férias, impedimentos ou substituição de profissionais.

Parágrafo Décimo Segundo. A execução contratual deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, supremacia do interesse público, continuidade do serviço público, boa-fé objetiva, cooperação institucional, segurança jurídica, transparência,

economicidade e governança corporativa, de forma a assegurar elevado padrão de qualidade na prestação dos serviços jurídicos contratados.

CLÁUSULA QUARTA - DA EQUIPE TÉCNICA, DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA executará os serviços objeto deste Contrato mediante equipe técnica composta por advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, dotados de capacidade técnica, qualificação profissional e experiência compatíveis com a natureza, complexidade e relevância das atividades contratadas.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência contratual, estrutura técnica, administrativa e operacional suficiente para assegurar a execução contínua, eficiente e tempestiva dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela adequada distribuição interna das demandas e pelo cumprimento das obrigações assumidas neste Contrato.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA designará, previamente ao início da execução contratual, um **Responsável Técnico**, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, que atuará como interlocutor institucional perante a CONTRATANTE, competindo-lhe, dentre outras atribuições:

I – coordenar a execução dos serviços objeto deste Contrato;

II – supervisionar a atuação da equipe técnica;

III – promover a adequada distribuição das demandas entre os profissionais responsáveis;

IV – acompanhar o cumprimento dos prazos judiciais, administrativos e contratuais;

V – participar das reuniões técnicas e administrativas convocadas pela CONTRATANTE;

VI – prestar esclarecimentos sobre a execução contratual sempre que solicitado;

VII – acompanhar a elaboração dos relatórios de atividades;

VIII – comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato que possa comprometer a regular execução dos serviços;

IX – adotar as providências necessárias para assegurar a continuidade da prestação dos serviços.

Parágrafo Terceiro. A eventual substituição do Responsável Técnico deverá ser previamente comunicada à CONTRATANTE, acompanhada da identificação do novo profissional e da comprovação de sua regular inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, sem prejuízo da continuidade da execução contratual.

Parágrafo Quarto. A CONTRATADA poderá substituir integrantes de sua equipe técnica durante a execução contratual, desde que os novos profissionais possuam qualificação compatível com as atividades que lhes serão atribuídas, permanecendo integralmente responsável pela qualidade, continuidade e regularidade dos serviços prestados.

Parágrafo Quinto. A substituição de profissionais não implicará qualquer interrupção da prestação dos serviços, competindo exclusivamente à CONTRATADA adotar todas as providências necessárias para assegurar a continuidade do atendimento às demandas da CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto. A CONTRATADA poderá promover substabelecimentos, com ou sem reserva de poderes, bem como contratar correspondentes, consultores, especialistas ou profissionais auxiliares quando tecnicamente recomendável para a adequada execução dos serviços, permanecendo, em qualquer hipótese, integralmente responsável pelos atos praticados por tais profissionais e pela qualidade dos serviços executados.

Parágrafo Sétimo. Sempre que a contratação de peritos, consultores especializados, assistentes técnicos, correspondentes ou outros profissionais implicar custos adicionais para a CONTRATANTE, sua realização dependerá de prévia e expressa autorização da autoridade competente da EMPES.

Parágrafo Oitavo. A atuação dos sócios, advogados, empregados, associados, estagiários, correspondentes e demais colaboradores vinculados à CONTRATADA não gerará qualquer vínculo empregatício, estatutário, previdenciário, funcional ou de subordinação com a CONTRATANTE, permanecendo tais profissionais exclusivamente subordinados à organização interna da sociedade de advogados.

Parágrafo Nono. Caberá exclusivamente à CONTRATADA promover a gestão de pessoal, a distribuição interna das atividades, o controle da qualidade técnica dos serviços, o cumprimento das normas éticas da advocacia, o acompanhamento da produtividade da equipe e a adoção das medidas administrativas necessárias ao fiel cumprimento deste Contrato.

Parágrafo Décimo. A CONTRATADA compromete-se a manter seus profissionais permanentemente atualizados quanto às alterações legislativas, regulamentares, jurisprudenciais e doutrinárias relacionadas às matérias abrangidas por este Contrato, promovendo a capacitação contínua de sua

equipe sempre que necessário para assegurar elevado padrão técnico na prestação dos serviços.

Parágrafo Décimo Primeiro. A CONTRATANTE poderá, mediante justificativa técnica fundamentada, solicitar a substituição de profissional cuja atuação revele desempenho incompatível com as exigências deste Contrato, em razão de deficiência técnica, descumprimento das obrigações contratuais, conduta incompatível com a boa execução dos serviços ou violação das normas éticas aplicáveis ao exercício da advocacia, assegurada à CONTRATADA a possibilidade de manifestação prévia, respeitada, em qualquer hipótese, a autonomia profissional e a organização interna da sociedade de advogados.

Parágrafo Décimo Segundo. A organização da equipe técnica, a distribuição das atividades, a definição dos responsáveis por cada demanda e a estratégia de atuação jurídica constituem prerrogativas exclusivas da CONTRATADA, em observância à autonomia técnica assegurada pelo Estatuto da Advocacia, não podendo sofrer interferência da CONTRATANTE, ressalvada a definição das prioridades institucionais, dos objetivos administrativos e das necessidades operacionais da EMPES.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, no Termo de Referência, neste Contrato e em seus anexos, constitui obrigação da CONTRATADA executar os serviços contratados com estrita observância dos princípios da legalidade, moralidade, eficiência, boa-fé objetiva, segurança jurídica, ética profissional, interesse público e das normas que disciplinam o exercício da advocacia.

Parágrafo Primeiro. Constituem obrigações da CONTRATADA:

I – executar os serviços contratados com elevado padrão técnico, observando a Constituição Federal, a Lei Federal nº 13.303/5º5º16, a Lei Federal nº 8.906/1994, a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Estatuto Social da EMPES, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC, o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil e as demais normas aplicáveis;

II – prestar consultoria jurídica, assessoria jurídica e representação judicial e administrativa nas áreas abrangidas pelo objeto contratual, empregando toda a diligência, zelo, técnica e experiência profissional necessárias à adequada defesa dos interesses institucionais da CONTRATANTE;

III – manter equipe técnica em quantidade e qualificação suficientes para assegurar atendimento contínuo, tempestivo e eficiente às demandas encaminhadas pela CONTRATANTE;

IV – atender às solicitações da CONTRATANTE dentro dos prazos compatíveis com a urgência e a complexidade de cada demanda, observando, em qualquer hipótese, os prazos legais e processuais aplicáveis;

V – acompanhar permanentemente os processos judiciais, administrativos e procedimentos extrajudiciais sob sua responsabilidade, adotando tempestivamente todas as providências necessárias à preservação dos interesses da CONTRATANTE;

VI – comparecer às audiências, reuniões, sessões de julgamento, sustentações orais, diligências e demais atos cuja presença do advogado seja necessária ou recomendável para a adequada execução do objeto contratual;

VII – elaborar pareceres, manifestações jurídicas, estudos técnicos, notas jurídicas, consultas, relatórios e demais documentos com fundamentação consistente, observando a legislação vigente, a jurisprudência consolidada, os precedentes qualificados e a melhor doutrina aplicável;

VIII – manter a CONTRATANTE permanentemente informada acerca da evolução das demandas sob sua responsabilidade, comunicando imediatamente quaisquer fatos relevantes que possam produzir repercussões jurídicas, administrativas, financeiras, patrimoniais ou institucionais;

IX – identificar preventivamente riscos jurídicos relacionados às atividades da EMPES, propondo medidas destinadas à sua mitigação, prevenção ou eliminação;

X – participar das reuniões técnicas, administrativas ou estratégicas para as quais for convocada pela CONTRATANTE, prestando os esclarecimentos jurídicos necessários ao adequado desenvolvimento das atividades institucionais;

XI – apresentar, mensalmente, Relatório Executivo de Atividades contendo, no mínimo:

a) relação das demandas atendidas;

b) pareceres e manifestações emitidos;

c) processos judiciais e administrativos acompanhados;

d) audiências, reuniões e diligências realizadas;

e) principais riscos jurídicos identificados;

f) recomendações formuladas;

g) providências adotadas;

h) outras informações relevantes para acompanhamento da execução contratual.

XII – manter absoluto sigilo sobre todas as informações, documentos, processos, dados pessoais, estratégias institucionais e demais elementos de que tiver conhecimento em razão da execução contratual, inclusive após o encerramento deste Contrato;

XIII – adotar todas as medidas técnicas e administrativas necessárias ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, responsabilizando-se pela confidencialidade, integridade e segurança das informações tratadas;

XIV – manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, qualificação técnica e econômico-financeira exigidas para a contratação;

XV – comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração societária, mudança de endereço, substituição do responsável técnico, perda das condições de habilitação ou qualquer fato que possa interferir na execução contratual;

XVI – responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução deste Contrato, inexistindo qualquer vínculo jurídico entre a CONTRATANTE e os profissionais vinculados à CONTRATADA;

XVII – manter estrutura física, tecnológica e administrativa compatível com o porte e a complexidade dos serviços contratados, assegurando a continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual;

XVIII – utilizar sistemas informatizados, mecanismos de controle e procedimentos internos aptos a assegurar a adequada gestão das demandas jurídicas, o cumprimento dos prazos processuais e a rastreabilidade das atividades executadas;

XIX – exercer suas atividades com absoluta independência técnica, abstendo-se de praticar atos que possam comprometer sua imparcialidade profissional, sua ética ou a defesa dos interesses institucionais da CONTRATANTE;

XX – comunicar imediatamente à CONTRATANTE a existência de qualquer hipótese de impedimento, suspeição, incompatibilidade ou conflito de interesses que possa comprometer sua atuação profissional.

Parágrafo Segundo. A atuação da CONTRATADA constitui obrigação de meio, comprometendo-se esta a empregar toda a diligência, técnica, prudência, zelo e conhecimento profissional necessários ao adequado desempenho das atividades contratadas, inexistindo garantia de êxito em processos judiciais, administrativos ou extrajudiciais.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA responderá integralmente pelos atos praticados por seus sócios, advogados, associados, empregados, estagiários, correspondentes, prepostos e demais colaboradores que atuem na execução deste Contrato, sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas, éticas e penais cabíveis.

Parágrafo Quarto. A eventual contratação de peritos, assistentes técnicos, consultores especializados, correspondentes ou outros profissionais auxiliares dependerá de prévia autorização da CONTRATANTE sempre que implicar custos adicionais, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela coordenação, supervisão e qualidade dos serviços prestados.

Parágrafo Quinto. A CONTRATADA compromete-se a atuar em permanente cooperação institucional com a CONTRATANTE, observando os princípios da boa-fé objetiva, transparência, lealdade contratual, eficiência administrativa e busca da solução juridicamente mais adequada ao interesse público.

Parágrafo Sexto. O descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA às penalidades estabelecidas neste Contrato, sem prejuízo da obrigação de reparar integralmente os danos eventualmente causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

Parágrafo Sétimo. Sem prejuízo da delimitação do objeto estabelecida na Cláusula Primeira, a CONTRATADA poderá, mediante solicitação da CONTRATANTE e observada sua disponibilidade e capacidade técnica, prestar orientação, assessoramento ou atuação jurídica pontual em matérias não expressamente compreendidas nas áreas ali indicadas, quando relacionadas às necessidades institucionais da CONTRATANTE, sem que tais atividades impliquem alteração do objeto contratual ou acréscimo da remuneração estabelecida neste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, no Termo de Referência e neste Contrato, adotar todas as providências administrativas necessárias para assegurar a adequada execução do objeto contratado, colaborando com a CONTRATADA para o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

Parágrafo Primeiro. Compete à CONTRATANTE:

I – disponibilizar à CONTRATADA todas as informações, documentos, processos administrativos, processos judiciais, contratos, expedientes, estudos técnicos, manifestações e demais elementos necessários ao adequado desempenho dos serviços contratados;

II – fornecer informações completas, verdadeiras, atualizadas e suficientes para subsidiar a elaboração de pareceres, manifestações jurídicas, defesas, recursos e demais atividades objeto deste Contrato;

III – encaminhar imediatamente à CONTRATADA toda e qualquer citação, intimação, notificação, ofício, mandado, decisão judicial, determinação administrativa ou outro expediente oficial que demande atuação jurídica, de forma a possibilitar a adoção tempestiva das providências cabíveis;

IV – prestar os esclarecimentos complementares solicitados pela CONTRATADA sempre que necessários à adequada compreensão das matérias submetidas à sua apreciação;

V – designar formalmente o Gestor e o Fiscal do Contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMPES e das normas internas aplicáveis;

VI – acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, registrando as ocorrências verificadas e adotando as providências administrativas necessárias ao fiel cumprimento deste Contrato;

VII – analisar os relatórios executivos apresentados pela CONTRATADA, manifestando-se quanto à regularidade da execução contratual sempre que necessário;

VIII – atestar a execução dos serviços efetivamente prestados para fins de liquidação da despesa e autorização do pagamento;

IX – efetuar os pagamentos devidos nas condições, prazos e formas estabelecidos neste Contrato, desde que cumpridas as obrigações contratuais pela CONTRATADA;

X – assegurar à CONTRATADA acesso aos documentos, processos, informações e sistemas indispensáveis à execução dos serviços, observadas as normas internas de segurança da informação, sigilo institucional e proteção de dados pessoais;

XI – disponibilizar instalações adequadas para atendimento presencial, reuniões técnicas ou realização de atividades nas dependências da EMPES, sempre que a natureza da demanda assim exigir;

XII – comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer fato superveniente que possa interferir na execução contratual, concedendo prazo razoável para manifestação ou adoção das providências cabíveis;

XIII – adotar as providências administrativas necessárias ao cumprimento das orientações jurídicas emitidas pela CONTRATADA, quando acolhidas pela autoridade competente;

XIV – promover ambiente de cooperação institucional entre seus agentes públicos e a equipe técnica da CONTRATADA, assegurando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades contratadas.

Parágrafo Segundo. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE restringe-se ao acompanhamento da execução contratual, à verificação do cumprimento das obrigações assumidas e à avaliação da qualidade dos serviços prestados, não podendo interferir na autonomia técnica, na independência profissional, na estratégia jurídica, na fundamentação dos pareceres ou na condução processual adotada pela CONTRATADA, ressalvada a definição das diretrizes institucionais, dos objetivos administrativos e das prioridades da Administração.

Parágrafo Terceiro. Os pareceres jurídicos, manifestações técnicas, estudos e orientações emitidos pela CONTRATADA possuem natureza consultiva e destinam-se a subsidiar a tomada de decisão administrativa, permanecendo a competência decisória exclusivamente atribuída às autoridades competentes da EMPES, na forma da legislação vigente, do Estatuto Social e das normas internas da Empresa.

Parágrafo Quarto. A CONTRATANTE compromete-se a encaminhar à CONTRATADA as demandas jurídicas em tempo hábil, de modo a permitir análise adequada da matéria, ressalvadas as situações emergenciais ou decorrentes de fatos supervenientes que imponham atuação imediata.

Parágrafo Quinto. A eventual ausência, atraso, insuficiência ou inexatidão das informações ou documentos fornecidos pela CONTRATANTE, quando indispensáveis à adequada execução dos serviços, poderá acarretar a suspensão dos prazos internos de atendimento pela CONTRATADA até a regularização da pendência, desde que esta comunique formalmente tal circunstância, indicando os elementos necessários ao prosseguimento da atividade.

Parágrafo Sexto. A CONTRATANTE compromete-se a preservar a independência técnica da advocacia, abstendo-se de exigir manifestações jurídicas contrárias ao ordenamento jurídico, às normas éticas da profissão ou à convicção técnica fundamentada dos profissionais da CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo. As partes comprometem-se a atuar em permanente regime de cooperação institucional, observando os princípios da boa-fé objetiva, da lealdade contratual, da transparência, da eficiência administrativa, da segurança jurídica, da razoabilidade e da busca da solução mais adequada ao interesse público.

Parágrafo Oitavo. O cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula constitui condição essencial para a adequada execução contratual, não afastando a responsabilidade da CONTRATADA pela correta prestação dos serviços nem eximindo a CONTRATANTE do exercício de seu dever legal de fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO

O valor global do presente Contrato é de **R$ 240.000,00 (DUZENTOS E QUARENTA MIL REAIS)**, correspondente ao período de vigência contratual, sendo o valor mensal de **R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)**, conforme proposta comercial apresentada pela CONTRATADA, a qual integra o presente instrumento para todos os fins de direito.

Parágrafo Primeiro. A remuneração contratual compreende a integral contraprestação pelos serviços técnicos profissionais especializados objeto deste Contrato, abrangendo toda a estrutura administrativa, operacional e técnica disponibilizada pela CONTRATADA para atendimento das demandas da CONTRATANTE durante toda a vigência contratual.

Parágrafo Segundo. Consideram-se incluídos no valor contratado todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo, dentre outros:

I – honorários profissionais dos advogados e demais integrantes da equipe técnica;

II – remuneração de sócios, associados, empregados, estagiários e colaboradores vinculados à CONTRATADA;

III – encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e securitários;

IV – despesas administrativas e operacionais;

V – infraestrutura física e tecnológica necessária à prestação dos serviços;

VI – equipamentos, softwares, sistemas de gestão processual, licenças de uso e ferramentas tecnológicas utilizadas pela CONTRATADA;

VII – serviços de telefonia, internet, comunicação eletrônica, impressão, digitalização, reprografia e demais despesas de escritório;

VIII – deslocamentos ordinários realizados no âmbito da Região Metropolitana da Baixada Santista;

IX – reuniões técnicas, consultas, elaboração de pareceres, manifestações jurídicas, estudos, pesquisas, análises, recursos, petições e demais atividades inerentes ao objeto contratado;

X – quaisquer outras despesas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro. Não serão devidos pagamentos adicionais pela execução das atividades compreendidas no objeto deste Contrato, ainda que decorrentes de aumento do volume ordinário de demandas, ressalvadas exclusivamente as hipóteses expressamente previstas neste instrumento ou previamente autorizadas pela CONTRATANTE mediante decisão formal da autoridade competente.

Parágrafo Quarto. Constituem despesas extraordinárias passíveis de reembolso pela CONTRATANTE, desde que previamente autorizadas e devidamente comprovadas:

I – custas judiciais;

II – emolumentos cartorários;

III – taxas judiciais e administrativas;

IV – honorários periciais;

V – despesas decorrentes de diligências determinadas por autoridade judicial ou administrativa;

VI – despesas com publicações oficiais cujo recolhimento seja de responsabilidade da parte;

VII – deslocamentos extraordinários realizados para atuação fora da Região Metropolitana da Baixada Santista, quando previamente autorizados;

VIII – passagens, hospedagem e alimentação necessárias ao cumprimento de diligências extraordinárias previamente autorizadas;

IX – outras despesas indispensáveis à adequada defesa dos interesses da CONTRATANTE, desde que previamente justificadas, autorizadas e comprovadas.

Parágrafo Quinto. Nenhuma despesa extraordinária será reembolsada sem prévia autorização formal da CONTRATANTE, ressalvadas situações excepcionais de comprovada urgência processual ou administrativa, hipótese em que a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente a ocorrência, apresentando a respectiva justificativa e documentação comprobatória.

Parágrafo Sexto. Os honorários sucumbenciais eventualmente fixados em processos judiciais ou administrativos observarão exclusivamente o disposto na legislação aplicável, nas decisões judiciais ou administrativas que os fixarem e nas normas de regência da advocacia, não integrando a remuneração prevista neste Contrato nem gerando qualquer obrigação adicional à CONTRATANTE além daquela eventualmente estabelecida pela autoridade competente.

Parágrafo Sétimo. O valor contratado permanecerá fixo durante toda a vigência deste Contrato, ressalvadas as hipóteses de alteração contratual admitidas pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMPES e pelas demais normas aplicáveis.

Parágrafo Oitavo. A remuneração prevista neste Contrato decorre da disponibilização permanente da estrutura técnica especializada da CONTRATADA e da efetiva prestação dos serviços contratados, não estando vinculada ao número de pareceres emitidos, processos acompanhados, audiências realizadas, reuniões promovidas ou manifestações jurídicas elaboradas, considerando a natureza continuada, estratégica e predominantemente intelectual da contratação.

Parágrafo Nono. O valor contratual foi considerado compatível com os preços praticados no mercado para serviços de natureza equivalente, observadas a complexidade do objeto, a especialização exigida, a abrangência das atividades

contratadas, a responsabilidade técnica envolvida e os elementos constantes da instrução processual que fundamentou a presente contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE em favor da CONTRATADA mediante crédito em conta bancária de sua titularidade, após a regular execução dos serviços, observadas as condições estabelecidas neste Contrato, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

Parágrafo Primeiro. O pagamento será realizado mensalmente, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento fiscal equivalente, acompanhada dos documentos comprobatórios da regular execução contratual, após a emissão do respectivo atesto pelo Fiscal do Contrato e autorização da autoridade competente. A Nota Fiscal deverá ser apresentada pela CONTRATADA até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, devendo o pagamento ser efetuado pela CONTRATANTE no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal regularmente emitida e da documentação exigida para a liquidação da despesa.

Parágrafo Segundo. A Nota Fiscal deverá ser emitida em conformidade com a legislação tributária vigente, contendo obrigatoriamente:

I – identificação da CONTRATANTE;

II – número do Processo Administrativo;

III – número do Contrato;

IV – período de referência dos serviços prestados;

V – descrição compatível com o objeto contratado;

VI – valor correspondente ao período faturado;

VII – demais informações exigidas pela legislação fiscal.

Parágrafo Terceiro. Para fins de liquidação da despesa, a CONTRATADA deverá manter atualizada toda a documentação comprobatória de sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, apresentando-a sempre que exigida pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto. O pagamento ficará condicionado:

I – ao efetivo cumprimento das obrigações contratuais;

II – ao recebimento definitivo dos serviços pelo Fiscal do Contrato;

III – à inexistência de pendências contratuais imputáveis à CONTRATADA;

IV – à regularidade da documentação exigida para a liquidação da despesa.

Parágrafo Quinto. Verificada qualquer incorreção na documentação apresentada, inconsistência na Nota Fiscal ou pendência imputável à CONTRATADA que impeça a regular liquidação da despesa, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para promover a regularização, hipótese em que o prazo para pagamento ficará suspenso até o saneamento integral das inconsistências, sem incidência de atualização monetária, juros ou qualquer outro acréscimo em favor da CONTRATADA.

Parágrafo Sexto. A CONTRATANTE efetuará as retenções tributárias previstas na legislação federal, estadual e municipal aplicável, fornecendo à CONTRATADA os respectivos comprovantes sempre que cabíveis.

Parágrafo Sétimo. A eventual existência de multas contratuais definitivamente aplicadas, valores devidos à CONTRATANTE ou prejuízos comprovadamente causados pela CONTRATADA poderá autorizar, observados o contraditório e a ampla defesa, a compensação dos respectivos valores por ocasião do pagamento, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Parágrafo Oitavo. O pagamento não implicará reconhecimento de quitação geral, aceitação definitiva dos serviços ou renúncia ao direito de a CONTRATANTE apurar posteriormente eventuais vícios, irregularidades, descumprimentos contratuais ou responsabilidades da CONTRATADA.

Parágrafo Nono. O atraso no pagamento por culpa exclusiva da CONTRATANTE ensejará atualização do valor devido, calculada na forma da legislação aplicável, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016 e os índices oficiais adotados para as obrigações da Administração Pública.

Parágrafo Décimo. É vedada a cessão, negociação, desconto, vinculação ou utilização dos créditos decorrentes deste Contrato perante instituições financeiras ou terceiros sem autorização prévia e expressa da CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Primeiro. Nenhum pagamento será efetuado enquanto perdurar situação de inadimplemento contratual imputável à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e na legislação vigente.

Parágrafo Décimo Segundo. A emissão do atesto pelo Fiscal do Contrato limita-se à verificação da regular execução dos serviços no período correspondente, não afastando a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, falhas técnicas, omissões ou irregularidades que venham a ser constatadas posteriormente.

Parágrafo Décimo Terceiro. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta dos recursos orçamentários/financeiros próprios da CONTRATANTE, observadas as normas de execução financeira e contábil.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA, DO INÍCIO DA EXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato terá vigência de **180 (cento e oitenta) dias**, contados da data de sua assinatura, observado o disposto no art. 30 da Lei Federal nº 13.303/2016, destinando-se exclusivamente ao atendimento da situação emergencial que fundamentou sua celebração.

Parágrafo Primeiro. A execução dos serviços terá início na data da assinatura deste Contrato, devendo a CONTRATADA disponibilizar imediatamente sua equipe técnica para atendimento das demandas institucionais.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA obriga-se a iniciar a execução dos serviços imediatamente após sua convocação, mantendo estrutura técnica e operacional suficiente para assegurar o atendimento contínuo das demandas durante todo o período de vigência contratual.

Parágrafo Terceiro. A contratação possui natureza excepcional e emergencial, destinando-se exclusivamente à continuidade dos serviços jurídicos indispensáveis ao funcionamento da CONTRATANTE até a conclusão do procedimento destinado à contratação definitiva, não gerando qualquer expectativa de permanência da CONTRATADA após o término da vigência contratual.

Parágrafo Quarto. O presente Contrato extinguir-se-á automaticamente ao término do prazo de vigência, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ressalvada a necessidade de conclusão dos atos indispensáveis à transição contratual e à preservação dos interesses da CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto. O encerramento da vigência não desobriga a CONTRATADA da prática de atos urgentes ou inadiáveis destinados a evitar prejuízo à CONTRATANTE, especialmente aqueles relacionados a prazos judiciais, administrativos, prescricionais ou decadenciais ocorridos durante a execução

contratual, devendo tais atos ser praticados até a efetiva transferência da responsabilidade à Administração ou à nova contratada.

Parágrafo Sexto. Encerrada a execução contratual, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE relatório circunstanciado contendo, no mínimo:

I – relação completa dos processos judiciais, administrativos e procedimentos extrajudiciais sob sua responsabilidade;

II – indicação da fase processual de cada demanda;

III – relação dos prazos processuais pendentes;

IV – descrição das providências já adotadas;

V – recomendações técnicas consideradas relevantes para continuidade da atuação jurídica;

VI – entrega de cópia de todos os pareceres, manifestações jurídicas, estudos, relatórios e demais documentos produzidos durante a execução contratual.

Parágrafo Sétimo. A CONTRATADA deverá devolver, até o término da vigência contratual, todos os documentos físicos, mídias, arquivos digitais, bancos de dados, credenciais de acesso e demais materiais pertencentes à CONTRATANTE que estejam sob sua guarda, responsabilizando-se pela integridade das informações entregues.

Parágrafo Oitavo. As obrigações relativas ao sigilo profissional, à confidencialidade das informações, à proteção de dados pessoais, à responsabilidade técnica pelos atos praticados e às demais obrigações que, por sua natureza, possuam efeitos permanentes, subsistirão após o encerramento deste Contrato pelo prazo previsto na legislação aplicável.

Parágrafo Nono. A extinção do presente Contrato não prejudicará a apuração de eventuais responsabilidades decorrentes de atos praticados durante sua execução, nem afastará a aplicação das penalidades cabíveis ou o dever de indenizar danos eventualmente causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do presente Contrato será acompanhada e fiscalizada pela CONTRATANTE, por intermédio de Gestor e Fiscal do Contrato formalmente designados, aos quais competirá verificar o cumprimento das obrigações contratuais, promover o acompanhamento da execução dos serviços e adotar as providências administrativas necessárias ao fiel cumprimento deste instrumento,

observadas as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMPES e das normas internas aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui, restringe ou reduz a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços, permanecendo esta integralmente responsável pelos atos praticados por seus sócios, advogados, associados, empregados, estagiários, correspondentes, prepostos e demais profissionais envolvidos na execução contratual.

Parágrafo Segundo. Compete ao Gestor do Contrato:

I – acompanhar a execução global do Contrato e promover a interlocução institucional entre as partes;

II – supervisionar o cumprimento das obrigações contratuais;

III – solicitar esclarecimentos, documentos e informações relacionados à execução dos serviços;

IV – encaminhar as providências administrativas necessárias ao regular desenvolvimento da contratação;

V – comunicar à autoridade competente as ocorrências que possam ensejar a aplicação de penalidades ou outras medidas administrativas;

VI – exercer as demais atribuições previstas na legislação e nas normas internas da CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro. Compete ao Fiscal do Contrato:

I – acompanhar a execução técnica dos serviços;

II – verificar a conformidade dos serviços prestados com as disposições deste Contrato e do Termo de Referência;

III – registrar em processo administrativo próprio as ocorrências verificadas durante a execução contratual;

IV – solicitar à CONTRATADA os esclarecimentos necessários ao acompanhamento da execução dos serviços;

V – emitir o atesto da execução dos serviços para fins de liquidação da despesa, quando constatado o regular cumprimento das obrigações contratuais;

VI – comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato qualquer irregularidade verificada durante a execução contratual.

Parágrafo Quarto. Considerando a natureza intelectual dos serviços advocatícios, a fiscalização limitar-se-á ao acompanhamento do cumprimento das obrigações contratuais, dos prazos estabelecidos, da qualidade geral da prestação dos serviços, da disponibilidade da equipe técnica e da apresentação dos produtos e relatórios previstos neste Contrato, vedada qualquer interferência na autonomia técnica ou na independência profissional assegurada pela Lei Federal nº 8.906/1994.

Parágrafo Quinto. A CONTRATANTE poderá solicitar esclarecimentos, informações complementares e relatórios de andamento das demandas sempre que entender necessário ao adequado acompanhamento da execução contratual, comprometendo-se a CONTRATADA a prestá-los em prazo razoável, ressalvadas as informações protegidas pelo sigilo profissional.

Parágrafo Sexto. Verificada qualquer irregularidade na execução dos serviços, a CONTRATANTE notificará formalmente a CONTRATADA para que promova sua regularização no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabíveis.

Parágrafo Sétimo. O recebimento, a fiscalização ou o atesto dos serviços não implicam aceitação definitiva de sua qualidade, nem afastam a responsabilidade da CONTRATADA por erros técnicos, omissões, falhas profissionais ou demais irregularidades posteriormente constatadas, observados os prazos e limites previstos na legislação aplicável.

Parágrafo Oitavo. A CONTRATADA deverá franquear à fiscalização da CONTRATANTE acesso às informações necessárias ao acompanhamento da execução contratual, observados os deveres de confidencialidade, o sigilo profissional e a proteção de dados pessoais estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Nono. As determinações da fiscalização deverão restringir-se aos aspectos administrativos da execução contratual, não podendo impor à CONTRATADA teses jurídicas, estratégias processuais, fundamentos técnicos ou orientações incompatíveis com a independência profissional inerente ao exercício da advocacia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA sujeitá-la-á às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMPES,

neste Contrato e nas demais normas aplicáveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro. Constituem infrações contratuais, dentre outras previstas na legislação:

I – deixar de iniciar a execução dos serviços no prazo estabelecido pela CONTRATANTE;

II – executar os serviços em desacordo com as especificações estabelecidas neste Contrato ou no Termo de Referência;

III – descumprir prazos contratuais ou processuais cuja observância seja de sua responsabilidade;

IV – deixar de atender, injustificadamente, às solicitações da CONTRATANTE relacionadas à execução contratual;

V – interromper a prestação dos serviços sem autorização da CONTRATANTE ou sem justificativa legalmente admissível;

VI – deixar de manter as condições de habilitação exigidas durante a execução contratual;

VII – praticar ato que comprometa a continuidade, a qualidade ou a regularidade da prestação dos serviços;

VIII – violar o dever de sigilo profissional, de confidencialidade ou as normas relativas à proteção de dados pessoais;

IX – praticar qualquer ato que cause prejuízo à CONTRATANTE em decorrência de dolo ou culpa na execução contratual.

Parágrafo Segundo. Conforme a natureza e a gravidade da infração, poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa, na forma prevista neste Contrato;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMPES, pelo prazo previsto na legislação aplicável;

IV – demais sanções previstas na Lei Federal nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMPES.

Parágrafo Terceiro. A aplicação das sanções observará a gravidade da infração, os prejuízos causados à CONTRATANTE, a vantagem eventualmente auferida pela CONTRATADA, a reincidência, a boa-fé, a extensão do dano e as circunstâncias agravantes ou atenuantes verificadas em cada caso.

Parágrafo Quarto. A aplicação de qualquer sanção administrativa não afasta a obrigação da CONTRATADA de reparar integralmente os prejuízos materiais, financeiros ou institucionais eventualmente causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

Parágrafo Quinto. As multas eventualmente aplicadas poderão ser descontadas dos créditos devidos à CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente, observada a legislação vigente.

Parágrafo Sexto. Nenhuma penalidade será aplicada sem a prévia instauração do correspondente processo administrativo, assegurando-se à CONTRATADA o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Constituição Federal, da Lei Federal nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMPES.

Parágrafo Sétimo. A aplicação de sanções administrativas não impede que a CONTRATANTE promova a rescisão do presente Contrato, quando configuradas as hipóteses legais ou contratuais que justifiquem tal medida.

Parágrafo Oitavo. A eventual tolerância da CONTRATANTE quanto ao descumprimento de obrigações contratuais não constituirá renúncia de direitos, novação ou precedente administrativo, permanecendo íntegra a faculdade de exigir o fiel cumprimento deste Contrato e de aplicar as medidas legalmente cabíveis sempre que constatada infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato extinguir-se-á pelo término de sua vigência, por acordo entre as partes, por rescisão motivada ou pelas demais hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMPES e neste instrumento.

Parágrafo Primeiro. Constituem hipóteses de rescisão contratual, dentre outras previstas na legislação aplicável:

I – o descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais pela CONTRATADA;

II – a paralisação injustificada da execução dos serviços;

III – a perda das condições de habilitação exigidas para a contratação, quando não sanada no prazo concedido pela CONTRATANTE;

IV – a prática de atos que comprometam a legalidade, a regularidade ou a continuidade da execução contratual;

V – a decretação de falência, dissolução, liquidação ou extinção da CONTRATADA, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas de sucessão;

VI – a ocorrência de caso fortuito ou força maior que impossibilite definitivamente a execução do objeto;

VII – razões de interesse público, devidamente motivadas pela autoridade competente da CONTRATANTE;

VIII – as demais hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMPES.

Parágrafo Segundo. A rescisão por inadimplemento da CONTRATADA será precedida da instauração do competente processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e da apuração das perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro. A rescisão por interesse da CONTRATANTE deverá ser formalmente motivada, observados os princípios da legalidade, da finalidade, da motivação e do interesse público, garantindo-se à CONTRATADA o recebimento pelos serviços regularmente executados até a data da efetiva extinção do vínculo contratual.

Parágrafo Quarto. Na hipótese de extinção antecipada do Contrato, a CONTRATADA permanecerá obrigada a praticar os atos urgentes e inadiáveis necessários à preservação dos direitos da CONTRATANTE até a efetiva transferência das demandas, especialmente quando houver risco de perda de prazo judicial, administrativo, prescricional ou decadencial.

Parágrafo Quinto. Por ocasião da extinção do Contrato, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, no prazo fixado pela Administração:

I – relatório circunstanciado da execução contratual;

II – relação atualizada dos processos judiciais, administrativos e procedimentos extrajudiciais sob sua responsabilidade;

III – indicação dos prazos pendentes e das providências recomendadas;

IV – todos os documentos físicos e digitais pertencentes à CONTRATANTE que estejam sob sua guarda;

V – demais informações necessárias à continuidade da atuação jurídica da EMPES.

Parágrafo Sexto. A extinção do presente Contrato não exonera a CONTRATADA da responsabilidade pelos atos praticados durante sua execução, nem prejudica a apuração de responsabilidades civis, administrativas, éticas ou penais eventualmente existentes.

Parágrafo Sétimo. Permanecerão vigentes após a extinção deste Contrato, naquilo que lhes for aplicável, as obrigações relativas ao sigilo profissional, à confidencialidade das informações, à proteção de dados pessoais, à responsabilidade técnica pelos serviços prestados, à propriedade dos documentos produzidos e às demais obrigações que, por sua natureza, produzam efeitos após o encerramento da relação contratual.

Parágrafo Oitavo. A extinção do Contrato não gera à CONTRATADA qualquer direito à indenização, compensação ou expectativa de contratação futura, além do pagamento pelos serviços efetivamente prestados e regularmente atestados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SIGILO PROFISSIONAL, DA CONFIDENCIALIDADE, DA PROTEÇÃO DE DADOS E DO COMPLIANCE

A CONTRATADA obriga-se a manter absoluto sigilo profissional e confidencialidade sobre todas as informações, documentos, processos, dados, estratégias, pareceres, manifestações, estudos, relatórios, registros, comunicações e demais elementos de que tiver conhecimento em razão da execução deste Contrato, comprometendo-se a utilizá-los exclusivamente para o cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo Primeiro. A obrigação de confidencialidade abrange todas as informações classificadas como sigilosas, restritas ou de uso interno da CONTRATANTE, independentemente do meio em que estejam armazenadas ou da forma pela qual tenham sido disponibilizadas à CONTRATADA.

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA adotará todas as medidas técnicas, administrativas e organizacionais necessárias para assegurar a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a proteção das informações e dos dados tratados durante a execução contratual, responsabilizando-se por seus sócios, advogados, associados, empregados, estagiários, correspondentes, prepostos e demais colaboradores que tenham acesso a tais informações.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA compromete-se a observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), utilizando os dados pessoais eventualmente acessados exclusivamente para a execução do objeto contratado e adotando todas as medidas necessárias para prevenir acessos não autorizados, perda, destruição, alteração, divulgação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Parágrafo Quarto. Sempre que tomar conhecimento de incidente de segurança da informação ou de qualquer evento que possa comprometer a confidencialidade, a integridade ou a disponibilidade dos dados tratados no âmbito deste Contrato, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente o fato à CONTRATANTE, informando as circunstâncias conhecidas, os dados potencialmente afetados, os riscos envolvidos e as medidas adotadas para contenção e mitigação dos efeitos do incidente.

Parágrafo Quinto. A CONTRATADA compromete-se a observar, durante toda a execução contratual, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, boa-fé objetiva, transparência, ética profissional, governança corporativa e integridade, abstendo-se da prática de qualquer ato de fraude, corrupção, conluio, vantagem indevida, conflito de interesses ou qualquer conduta incompatível com a legislação vigente.

Parágrafo Sexto. A CONTRATADA declara que possui conhecimento das normas nacionais de prevenção e combate à corrupção e compromete-se a observar, durante toda a execução contratual, especialmente as disposições da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, da Lei Federal nº 13.303/2016 e das normas internas de integridade eventualmente adotadas pela CONTRATANTE.

Parágrafo Sétimo. A CONTRATADA responderá integralmente pelos danos decorrentes da violação das obrigações previstas nesta cláusula, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis, penais e ético-disciplinares cabíveis.

Parágrafo Oitavo. As obrigações de sigilo profissional, confidencialidade, proteção de dados pessoais e integridade previstas nesta cláusula subsistirão após o encerramento deste Contrato, enquanto perdurar o dever legal ou ético de preservação das informações ou enquanto tais informações não se tornarem públicas por meios legítimos.

Parágrafo Nono. Permanecem resguardadas, em qualquer hipótese, as prerrogativas profissionais asseguradas aos advogados pela Lei Federal nº 8.906/1994, especialmente quanto ao sigilo profissional inerente ao exercício da advocacia, sem prejuízo do dever de prestação de informações administrativas necessárias ao acompanhamento da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente Contrato obriga as partes, seus sucessores e, quando legalmente admitido, seus representantes, devendo ser executado em estrita observância aos princípios da boa-fé objetiva, da cooperação, da lealdade contratual, da eficiência administrativa, da segurança jurídica e da supremacia do interesse público.

Parágrafo Primeiro. A eventual tolerância de qualquer das partes quanto ao descumprimento de obrigações previstas neste Contrato constituirá mera liberalidade, não importando renúncia de direitos, alteração contratual, novação ou precedente para situações futuras.

Parágrafo Segundo. A nulidade, invalidade ou inexequibilidade de qualquer disposição contratual não prejudicará a validade das demais cláusulas, permanecendo íntegros os demais direitos e obrigações assumidos pelas partes.

Parágrafo Terceiro. Todas as comunicações entre as partes relacionadas à execução deste Contrato deverão ser realizadas, preferencialmente, por meio eletrônico institucional ou mediante outro meio que permita a comprovação do recebimento, passando a integrar o Processo Administrativo correspondente.

Parágrafo Quarto. A CONTRATADA não poderá ceder, transferir, subcontratar ou, por qualquer forma, delegar integralmente a execução do objeto contratado sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, ressalvada a atuação de advogados integrantes de seu quadro societário, associados, empregados, correspondentes ou profissionais regularmente vinculados à sociedade de advogados, permanecendo integralmente responsável pela execução dos serviços.

Parágrafo Quinto. Todos os pareceres, estudos, manifestações jurídicas, relatórios, minutas, pesquisas, notas técnicas e demais documentos produzidos em decorrência da execução deste Contrato integrarão o acervo documental da CONTRATANTE, ressalvadas as prerrogativas profissionais asseguradas pela Lei Federal nº 8.906/1994 e os direitos autorais de natureza moral.

Parágrafo Sexto. A CONTRATADA declara conhecer integralmente o conteúdo deste Contrato, do Termo de Referência, da proposta comercial apresentada e dos demais documentos que instruíram a contratação, não podendo alegar desconhecimento de quaisquer de suas disposições para eximir-se do cumprimento das obrigações assumidas.

Parágrafo Sétimo. Os casos omissos ou as dúvidas surgidas durante a execução deste Contrato serão resolvidos pela CONTRATANTE, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de

Licitações e Contratos da EMPES, da Lei Federal nº 8.906/1994, da Lei Federal nº 13.709/2018, das demais normas aplicáveis e dos princípios gerais do Direito.

Parágrafo Oitavo. A invalidade ou eventual afastamento de qualquer cláusula deste Contrato por decisão administrativa ou judicial não prejudicará a eficácia das demais disposições, que permanecerão plenamente vigentes naquilo que forem independentes da cláusula afetada.

Parágrafo Nono. O presente Contrato constitui a manifestação integral da vontade das partes relativamente ao seu objeto, substituindo quaisquer entendimentos, tratativas, propostas ou comunicações anteriores que lhe sejam incompatíveis.

Parágrafo Décimo. A execução deste Contrato não estabelece vínculo empregatício, societário, associativo ou de representação entre a CONTRATANTE e os sócios, advogados, empregados, associados, estagiários ou demais colaboradores da CONTRATADA, permanecendo esta como única responsável pelas obrigações decorrentes de sua organização empresarial e da execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As partes envidarão todos os esforços para solucionar, em âmbito administrativo e de forma consensual, eventuais divergências decorrentes da interpretação, execução ou extinção do presente Contrato, observando os princípios da boa-fé objetiva, da cooperação, da razoabilidade, da eficiência administrativa e da busca da solução mais adequada ao interesse público.

Parágrafo Primeiro. Não sendo possível a solução administrativa da controvérsia, fica eleito o Foro da Comarca de Praia Grande, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste Contrato.

Parágrafo Segundo. A eventual declaração de nulidade ou inexigibilidade de qualquer cláusula contratual não prejudicará a validade das demais disposições deste instrumento, que permanecerão plenamente eficazes, desde que preservada a finalidade da contratação.

Parágrafo Terceiro. A eventual propositura de medida judicial não desobriga as partes do cumprimento das obrigações contratuais que não sejam objeto da controvérsia, ressalvada a existência de decisão judicial em sentido diverso.

Parágrafo Quarto. O presente Contrato obriga as partes, seus sucessores e representantes legais, produzindo efeitos a partir de sua assinatura, observadas as exigências de publicidade previstas na legislação aplicável.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos

.

Praia Grande, 01 de setembro de 2026.

Pela **CONTRATANTE**:

[redacted]

CLEBER SUCKOW NOGUEIRA
Diretor-Presidente
EMPES

Pela **CONTRATADA**:

[redacted]

FRANCO ANTUNES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
OAB/SP nº 29.579
Legalmente representada por
FRANCO PAES PINTO ANTUNES
OAB/SP nº 280.444

Testemunhas

[redacted]

1. _____

Nome: Adriano Maximiano Soares
CPF: 252.433.528-37

[redacted]

2. _____

Nome: Matheus Augusto Gomes Lopes
CPF: 218.860.198-00